

Funções e efeitos dos elementos vocais no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral

Funcions and effects the voix elements in the free television time for Election

Carlos Piovezani



RESUMO – Com base em considerações sobre uma abordagem discursiva das relações entre sons e sentidos, o trabalho reflete, inicialmente, sobre algumas funções da voz na constituição de sentidos no discurso político eleitoral brasileiro. Mais especificamente, são analisadas sequências discursivas extraídas do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, das eleições presidenciais de 2002, descrevendo e interpretando certos usos e efeitos de segmentos, suprasegmentos e elementos prosódicos empregados nos programas de Lula e de José Serra. Após essas análises, o estudo encerra-se com uma reflexão sobre um traço antropológico inscrito na voz humana e com uma hipótese sobre uma espécie de nostalgia da voz ante a emergência de determinadas tecnologias de linguagem.

Palavras-chave: Análise do discurso; discurso político; voz

ABSTRACT – From considerations of a discursive approach of the relations between sounds and meanings, the work reflects, first, on some functions of the voice in the constitution of meanings in Brazilian electoral political discourse. More specifically, we analyze discursive sequences extracted from the Free Television Time for Election 2002 Presidential Election, describing and interpreting certain uses and effects of segments, suprasegments and prosodic elements employed in the programs of Lula and Serra. After this analysis, the study concludes with a reflection on an anthropological trait included in the human voice and with a hypothesis about a kind of nostalgia for the voice against the emergence of certain technologies of language.

Keywords: Discourse analysis; political discourse; voice

Introdução

Os elementos vocais consistem num índice privilegiado dos estados de alma dos interlocutores e das relações interpessoais nas condições de produção do discurso. Em consonância com o verbo e o corpo, as modulações vocais expressam emoções, regulam o sistema de turnos de fala e produzem intimidade ou distanciamento, simetria ou dissimetria, consenso ou conflito entre os falantes. Por essa razão, além do estrito critério da pertinência no nível fonológico, constatamos facilmente a existência de relações variadas entre o som e o sentido na produção discursiva. Com efeito, as funções desempenhadas pelos elementos prosódicos dependem dos sentidos que o discurso visa a produzir. Mediante a

entoação, por exemplo, agregam-se à língua as dimensões ilocucionária e perlocucionária, marca-se o foco do enunciado e estruturam-se pressupostos argumentativos do discurso; já a tessitura frequentemente indica em níveis baixos “razão” e “autoridade” e em níveis agudos, “contestação” e “excitação”, além de assegurar o turno de fala, ao ser elevada ou reduzida consideravelmente; por seu turno, a manipulação das pausas e do tempo de fala pode representar uma tentativa de restrição interpretativa e/ou uma atitude de reforço da autoridade e do que é dito pelo falante; as variações do volume, enfim, ocorrem no intuito de ajustar a fala ao ambiente físico, às condições culturais e ao contexto histórico em que ela se desenvolve. Em suma, as modulações da voz contribuem decisivamente para a construção das imagens

dos interlocutores e para a manutenção de suas “faces”, no interior de relações interpessoais condicionadas pelos valores, ritos e costumes de uma sociedade.

A partir de uma abordagem discursiva dessas funções e efeitos da voz, pretendemos apresentar determinadas funções de alguns segmentos, suprasegmentos e elementos prosódicos que incidem na constituição dos sentidos no discurso político brasileiro. Mais especificamente, analisaremos sequências discursivas extraídas do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, das eleições presidenciais de 2002, descrevendo certos usos da voz nos programas de Lula e de José Serra. Após essas análises, finalizaremos nosso texto com uma reflexão sobre um traço antropológico inscrito na voz humana e com uma hipótese sobre uma espécie de nostalgia da voz ante a emergência de determinadas tecnologias de linguagem.

Efeitos da voz no discurso

Em seus segmentos, suprasegmentos e elementos prosódicos, a voz humana sugere-nos imagens que produzimos em nossos espíritos. Trata-se de um elemento invisível que tanto nos dá a ver: é espelho, eco e avesso de nossas identidades. A voz se dá no instante, mas repercute o que fomos, o que somos e o que queremos ser. Indica, simula e dissimula a imagem daquele que fala e daquele a quem se fala. Por essas razões, a voz é signo da exterioridade e da interioridade do sujeito, pois indica feições do corpo e estados da alma implicados necessariamente na constituição e na circulação dos sentidos na sociedade.

Quando de seu advento, a Análise do discurso, derivada dos trabalhos de Michel Pêcheux e seu grupo, conheceu um momento em que as maneiras de dizer praticamente não importavam diante da premência de se identificar e de se desvelar a ideologia que determina o que é dito; passou posteriormente a considerar as relações intrínsecas que existem entre o inter e o intradiscurso; é relativamente recente sua consideração dos dispositivos discursivos que condicionam o que se diz, as modalidades desse dizer e seu regime de circulação: todo enunciado diz algo e necessariamente o faz de certo modo, valendo-se de certo meio. Já é hora de intensificarmos o exame das homologias e dos eventuais desencontros entre o *dictum*, o *modus* e os *media*. Os usos da voz no discurso político parecem ser um sítio privilegiado para a observação desses fenômenos: os discursos autoritários e democráticos distinguem-se ou, ocasionalmente, aliam-se não apenas pelos conteúdos de seus enunciados, mas também por suas maneiras de dizer. Tende a parecer mais democrático aquele discurso que condicionar seus enunciados a materializar a ideia de que todos são iguais e usufruem os

mesmos direitos, redundando-a com marcas linguísticas ilocucionais e com modulações vocais (volume, tempo, entoação) apropriadas às relações de força permeadas pelos valores igualitários.

A despeito de seus desenvolvimentos, as ciências da linguagem ainda não exploraram como poderiam, ora por razões epistemológicas ora por motivos institucionais, o complexo e instigante domínio dos usos e efeitos da voz no campo político. Por essa razão, a precariedade dos diálogos entre diferentes campos da Linguística contribui decisivamente para postergar outras abordagens sobre os fenômenos que, não se limitando ao critério da pertinência no nível fonológico, envolvem som e sentido na produção discursiva.

Grosso modo, poderíamos dizer que as relações entre som e sentido parecem ter sido concebidas, ao menos, de três maneiras distintas, no decurso da linguística moderna até nossos dias:

1. *A Fonologia estrutural*: o advento da fonologia de Praga confunde-se com os primeiros passos rumo à consolidação da linguística moderna, à medida que identifica com precisão o objeto de um dos ramos da linguística e demonstra a possibilidade da composição de um inventário bem definido: é o fonema e não o som que deve interessar ao lingüista; trata-se de algo da *langue* e não da *parole*. Aqui, diz-se que tão-somente são fonológicas as diferenças de representação do som que desempenham a função de distinguir significações morfológicas: o “som” produz, portanto, sentido, mas apenas sentido lexical;

2. *A Sociolinguística variacionista*: na medida em que lhe interessa a variação, ela contempla as diferenças de sons linguísticos que provêm de diferenças sociais. Não estamos mais na *langue*, mas tampouco na radicalização da *parole* ou da pura substância fônica da expressão, estamos, antes, na *norma*, nas regularidades linguísticas dos grupos sociais; aqui as diferentes atualizações de um fonema, por exemplo, as distintas variações de uma variável criam o prestígio e o estigma e instauram outro tipo relação entre o som e o sentido: as unidades fônicas derivadas de fatores sociais constroem certas identidades dos falantes;

3. *A fonética contemporânea*: os foneticistas não são insensíveis às relações entre som e sentido e buscam-nas principalmente na dimensão dos elementos suprasegmentais prosódicos, ou seja, na melodia, na dinâmica e na qualidade da voz. A posição da sílaba tônica saliente, por exemplo, indica o foco das sentenças e apresenta distintos pressupostos argumentativos (CAGLIARI, 1992). A abordagem padece, porém, de uma separação estrita entre significado estrutural e significado interpretativo, difícil de ser sustentada em uma abordagem pragmática e, *a fortiori*, discursiva. Aqui

os sons mudam os sentidos linguísticos, de acordo com a atitude individual e livre de condicionamentos sociais do falante.

Essa nossa breve enumeração evidentemente não se pretende exaustiva. Além das três perspectivas que mencionamos, as associações entre sons e sentidos podem ser pensadas, por exemplo, pela fonoestilística (postulada inclusive pelo próprio Círculo de Praga) ou, conforme a designa Bally, pela fonologia da expressão (cf. MARTINS, 2008). Para essa abordagem interessam as homologias existentes entre as dimensões sonora e significativa, desde o nível segmental até o prosódico: “Adaptando a explicação dada por Morier para o vocábulo francês *siffle* ao nosso *assobio*, podemos dizer que as noções de ruído agudo, de produção de sopro e de nota aguda encontradas no significado, correspondem à consoante de ruído agudo [s], ao fonema produtor de sopro [v], e à vogal de nota aguda [i] do significante.” (*idem*: 45) e ainda “O acento de intensidade ou de energia, comumente chamado acento tônico, constitui um recurso estilístico quando: • A sílaba em que recai é pronunciada com intensidade e duração exageradas, produzindo um efeito de ênfase ou de descarga emocional. “Que desgraça!” “Isto é fantástico!” [...]. • Uma sílaba normalmente átona ou subtônica é pronunciada com uma energia e duração inusitadas: “É um **bandido!**” “Que **miserável!**” “Ela é **maravilhosa!**”. (*ibidem*: 82-83).

Ora, cremos que a perspectiva discursiva pode congrega aportes da sociolinguística, da fonética e ainda da retórica, no intuito de pensar discursivamente as relações entre os sons e os sentidos. A variação linguística cria ou corrobora uma identidade social do falante, mas também pode incidir sobre a produção de efeitos de verdade de um conjunto de enunciados, na medida em que estabelece imagens do enunciatador e o inscreve em determinada posição num campo institucional. Entre os efeitos de sentido produzidos por esses usos da voz que identificamos (Piovezani, 2009), mencionaremos apenas quatro, detendo-nos particularmente nos três primeiros e somente aludindo ao último.

No primeiro programa do PT da última semana do segundo turno das eleições presidenciais de 2002, reapresenta-se um debate entre Lula e os jornalistas da tevê Bandeirantes. O debate não permite que o candidato faça longos pronunciamentos nem tampouco que ele monopolize a fala. Essa situação caracteriza-se pelas trocas conversacionais, pelo princípio da alternância e pelos assaltos aos turnos de fala, enfim, pela constante passagem da condição de locutor para a de ouvinte. No discurso político, o aspecto conversacional é, ao mesmo tempo, mas possivelmente não na mesma medida, uma simulação da propaganda eleitoral e uma conquista das sociedades democráticas. Diferentemente de outrora,

quando o orador político usufruía grande prestígio e gozava de uma hegemonia da fala e da autoridade pública, atualmente, em tese, os adversários, os jornalistas e a sociedade, de modo geral, podem interrompê-lo, questioná-lo e, até mesmo, refutá-lo publicamente. O próprio cenário do debate impõe outra configuração para a prática de fala pública desempenhada nesse contexto: se, das assembléias homéricas até os comícios nos palanques de nossos dias, o orador tem uma posição de destaque, manifestando seu engajamento com a *res publica* pela energia de seu corpo ereto e altivo, de seus gestos largos e de sua voz potente, diante das massas que o ouvem e o vêem, no debate com os jornalistas, o entrevistado e os entrevistadores sentam-se todos civilizadamente ao redor de uma mesa, em um estúdio inacessível à multidão. Sentados, equitativamente, todos falam, ninguém discursa, ainda que frequentemente o candidato seja o centro das atenções. As conquistas inegáveis de um longo processo histórico apresentam-se, quando todos dialogam e ninguém mais detém a exclusividade da palavra.

Mas não nos enganemos com as aparências dessa justa e tranquila distribuição da fala, não nos esqueçamos que o discurso é objeto de desejo, de saber e de poder, mesmo nas sociedades mais democráticas, mesmo nas situações discursivas aparentemente mais igualitárias. No debate, em questão, existe, decerto, a presença do caráter conversacional e democrático, mas há também a disputa pelo direito de fala. Observamos que os jornalistas e, sobretudo, o candidato utilizam-se do corpo e da voz para tentar manter ou assaltar o turno de fala. Tomemos como exemplo desse fenômeno a seguinte passagem, em que Lula era o locutor, considerando que, onze segundos antes, ele já havia sido interrompido pelo jornalista Fernando Mitre, e que, seis segundos, após essa interrupção, depois de duas insistentes tentativas, Lula retomava o turno:

Nós não podemos *a priori* dizer: ‘Fulano de tal não presta ou cicrano não presta. Eu não vou conversar.’ Não existe isso no meu dicionário, meu caro. Eu vou conversar com todas as pessoas, vou tentar juntar todos os homens e todas as mulheres de bem do nosso querido Brasil [...]. (Prog. Lula I)

Enquanto o candidato falava, a expressão *meu caro* fora quase totalmente encoberta pela sobreposição de voz do jornalista Fábio Pannunzio, que, mesmo não sendo o destinatário direto de Lula, tentava interrompê-lo, interpelando-o pelo vocativo *Candidato...* e valendo-se, para tanto, de uma maior altura e velocidade de voz do que as que eram naquele momento utilizadas por Lula. Nesse exato instante, o candidato reage do seguinte modo: eleva consideravelmente o volume de sua voz, produzindo uma tessitura de nível alto, e diminui sensivelmente seu ritmo de fala, além de fazer um gesto enfático, levantando e

abaixando a mão direita espalmada, e de orientar seu corpo e olhar na direção oposta àquela em que se encontrava o jornalista que queria assaltar seu turno. Aqui, não se trata somente de uma busca pelo reconhecimento da pertinência do ponto de vista do enunciador por meio de uma modulação melódica de sua voz, mas, antes ou ao menos principalmente, de uma variação de intensidade vocal cujo objetivo é a preservação do direito de fala (cf. Morel, 2004).

Outro uso da voz apresenta-se na intensificação de um efeito de verdade numa sequência discursiva de um programa de José Serra do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, cuja temática era a agricultura, por intermédio do gênero discursivo, do registro e da norma linguísticos e de aspectos segmentais e prosódicos da fala de um agricultor:

O Serra é um candidato correto pra agr[...] por ser um economista, entender da atividade e ser uma pessoa honesta. Isso é o principar fato e ter serviços prestado à economia e principalmente à saúde do país. E eu espero que o José Serra faça pela agricultura o que fez na saúde. (Prog. Serra II)

Certos fatores fazem dessa intervenção de um produtor rural uma atestação de verdade de tudo o que fora dito sobre a agricultura ao longo do programa, enquanto outros contribuem para a sua própria veridicidade. Trata-se, inicialmente, de um “depoimento”, da delegação de voz a uma terceira pessoa, ou seja, da projeção de uma enunciação, que, em tese, não se confunde com o discurso da própria propaganda eleitoral do candidato. Seu enunciador é um sujeito “real”, visto que tem nome, *José Carlos Belese*, procedência, *Brodosqui/SP* e profissão, *Produtor rural*. A enunciação de um “verdadeiro” agricultor, do interior do Estado de São Paulo, região reconhecidamente forte na produção rural, é uma fala crível, legitimada e legitimante. Se a presença dessa fala tenta produzir o efeito de um certificado de verdade em relação ao que se afirmou sobre a agricultura, ela mesma carrega índices que buscam atestar sua própria autenticidade. Como poderíamos saber que se trata, de fato, de um produtor rural? Simplesmente acreditamos na informação da legenda, produzida pelo discurso eleitoral? Para evitar essa fragilidade, outros dados apresentados pelo depoimento do agricultor tornam-se fundamentais, tais como uma norma linguística que emerge insidiosamente em alguns pontos e a prosódia que atravessa toda a intervenção de José Carlos Belese. Sabemos de algumas representações que incidem sobre “o produtor rural”: sua aparência, roupas, pele, norma e registro linguísticos e certas inflexões de sua voz. Aparentemente o enunciador que aqui se apresenta poderia exercer qualquer profissão, mas a legenda que informa tratar-se de um “produtor

rural” pretende ser confirmada pelo “dialeto caipira” que se atualiza em um enunciado como *Isso é o principar fato e ter serviços prestado à economia e principalmente à saúde do país*. A atualização do fonema /l/ sob a forma do alofone /r/, com o som de [ɹ], o chamado “r” caipira, e a omissão do morfema indicador de plural no segundo termo do sintagma nominal “serviços prestado” são característicos de uma norma linguística não-padrão e de um registro informal, que se coadunam com um imaginário corrente sobre o habitante da zona rural paulista.

Além disso, outro fator interessante, ainda que não se relacione a uma particularidade prosódica d’o agricultor”, consiste em uma relativa singularidade das pausas e dos grupos tonais. O enunciador vale-se de uma marcação bastante nítida da entoação, indicando não somente a dinâmica da respiração e a qualidade de voz do falante, mas também a distribuição do fluxo da informação e a orientação argumentativa do enunciado. Por exemplo, no segmento *O Serra é um candidato correto pra agr[...] por ser um economista, entender da atividade e ser uma pessoa honesta.*, temos, respectivamente, a seguinte distribuição: *O Serra / é um candidato correto pra agr[...] / por ser um economista / entender da atividade / e ser uma pessoa honesta.*, e a ênfase dos sons em: “Serra” [‘se:Xa], “correto” [ko‘Xε:tU], “entender” [ẽtẽ‘de.ɹ] e “honesto” [o‘ne:sta]. Assim, podemos observar uma convergência entre o fluxo da informação e a lógica argumentativa, quando, por um lado, o primeiro sintagma nominal apresenta-se como tema e o sintagma verbal, como rema, e, por outro, as sílabas tônicas salientes, caracterizadas pelas vogais estendidas, marcam a organização lógica do argumento, ou seja, a intrínseca relação entre o sujeito e as características que o constituem. Busca-se ressaltar, inicialmente, uma substância e, em seguida, seus atributos, considerando que esses últimos não são apresentados como contingentes, mas como constitutivos do próprio ser de quem se fala.

A voz é ainda empregada num programa de José Serra, com vistas à constituição de um *ethos* descentralizador mediante o cotejamento entre um “grau zero da prosódia”, nas falas do locutor da campanha de José Serra e nas do próprio candidato, e as pronúncias carregadas de índices diatópicos provenientes de uma série de depoimentos de políticos e de populares que sintetizam a grande heterogeneidade regional brasileira.

Depois de um depoimento do então prefeito de Teresina/PI, segue uma intervenção da apresentadora do programa:

Eu não sei de onde o senhor e a senhora estão me assistindo agora, mas seja de onde for, **com certeza**, a sua cidade já foi beneficiada por José Serra. Ele foi um dos poucos políticos neste país que tiveram a oportunidade de atuar em todos os cinco mil e setecentos

municípios do Brasil. **Não tem um lugar, de Norte a Sul do país, que não tenha sido beneficiado por ele:** ou como ministro do Planejamento ou como ministro da Saúde. (Prog. Serra III)

A modalização epistêmica e a assertiva categórica dessa declaração poderiam tornar-se facilmente passíveis de descrédito sem a presença de outros recursos que lhes dessem fundamento. É justamente na tentativa de ratificar essa descentralização do poder federal que o programa exhibe a longa sequência seguinte que traz uma espécie de “reportagem”, narrada pela voz do locutor da campanha e entrecortada por depoimentos populares:

Locutor: *No Ministério da Saúde, José Serra trabalhou para todos os municípios, em cada canto do Brasil. De Norte a Sul, os resultados aparecem. Em Carazinho, no Rio Grande do Sul, saúde para quem acabou de nascer e para quem quer viver muito mais.*

“Enfermeira”: *Treze por nove; tá boa também.*

Locutor: *Na outra ponta do país, em Ananindeua, no Pará, o médico também examina a criança em casa.*

“Médico”: *Bem, vamo fazer uns exames; principalmente de sangue e de fezes, mas já vai tomar uma medicação pra ir melhorando dessa dor.*

Maria Josefa Gonçalves, Ananindeua/PA: *Depois que foi inaugurado o Posto da Família melhorou cem por cento pra mim, né? Pra mim e pra todos.*

Locutor: *Melhorou em todos os lugares. Em Monteiro, na Paraíba, seu João, de 98 anos, consultou o médico pela primeira vez, graças ao programa Saúde da Família.*

João Alves da Cruz, Monteiro/PB: *Óia, eu nunca vi tanta felicidade.*

Locutor: *Longe dali, em Saudade do Iguaçu, no Paraná [a imagem mostra o que supostamente seria a cidade mencionada e depois, o interior da casa de senhor Ângelo Posso, sugerindo um efeito de localização e pertença], seu Ângelo teve um atendimento tão bom que não consegue esquecer o trabalho de Serra.*

Ângelo Posso, Saudade do Iguaçu/PR: *Quando vejo ele, eu já lembro da saúde, né?!*

Locutor: *Regiões diferentes, uma só certeza:*

Maria José da Silva, Recife/PE: *É... Serra, ele como ministro foi ótimo.*

Edinei Maria Araújo, São Sebastião/DF: *O Serra pensou nas mães.*

Sebastião da Silva, Promissão/SP: *Foi o ministro da Saúde, que não teve outro igual.*

Cícero Lopes dos Santos, São José da Tapera/AL: *Fez tudo quanto é bom.*

Irmã Rita Cecília, Anápolis/GO: *Reconduziu o povo à dignidade.*

Maria José da Silva: *Serra, que seja o presidente da República, pra gente ter mais uma vida melhor.* (Prog. Serra III)

Nesse simulacro de uma reportagem, o conteúdo e a expressão parecem coadunar-se perfeitamente. A alusão a oito Estados, além do Distrito Federal, tenta comprovar a tese de que *No Ministério da Saúde, José Serra trabalhou para todos os municípios, em cada canto do Brasil. De Norte a Sul, os resultados aparecem.* Ainda que a maioria das declarações das pessoas “comuns” possa ser considerada vaga, podendo ser inseridas em várias situações enunciativas, cada uma delas contribui decisivamente para a produção de efeitos de verdade, pelo contexto que as envolve e pelas propriedades que as caracterizam. Antecedendo ou sucedendo as falas “populares”, o locutor sugere uma interpretação e orienta a produção dos sentidos, quando faz suas intervenções, carregando-as de advérbios espaciais e de locuções adverbiais que intensificam as distâncias e, por conseguinte, a amplitude do raio das ações já empreendidas pelo candidato. Por seu turno, os depoimentos são dados por pessoas “reais”, dotadas de rosto e voz, de nome e procedência. E é justamente sua procedência que nos remete a um aspecto que lhe é correlato e que concorre para esse mesmo fim. O contraste entre a reprodução das declarações populares e as intervenções do locutor atesta, mediante, por exemplo, as diferenças prosódicas, a pretensa ubiquidade do trabalho de Serra. Tenta-se, portanto, corroborar esse conteúdo por meio da substância fônica da expressão, das marcas discursivas de identificação contidas nas diferentes pronúncias que materializam o discurso. Além de algumas particularidades lexicais, os diferentes sotaques expressos nas falas “populares” ratificam a onipresença da atuação do candidato e têm sua singularidade regional reforçada, à medida que contrastam com a pronúncia “padrão” das intervenções do locutor do programa, que as intermedeiam, e da fala de Serra, que as segue imediatamente.

A título de ilustração, poderíamos comparar rapidamente a última declaração “popular” e o primeiro enunciado do pronunciamento de Serra, exibido logo na sua sequência, considerando alguns fatores prosódicos que os distinguem. Alguns traços da voz, tais como a mobilidade articulatória, a velocidade da elocução e o volume, indicam algumas características físicas do falante, tais como o sexo e a idade. Nesse sentido, a diferença entre os dois fragmentos comparados é manifesta: esses traços, mesmo que não tivéssemos acesso à imagem do locutor, revelariam que, em um caso, se trata de uma

mulher idosa e, em outro, de um homem adulto. Por outro lado, existe um conjunto de propriedades singulares que caracteriza o timbre e a qualidade da produção vocal dos sujeitos, fazendo com que a voz, assim como o rosto, expresse sua identidade individual. Entre esses dois pólos – um, das necessidades físicas e fisiológicas, e, outro, das contingências individuais –, podemos identificar uma zona limítrofe, na qual se situam, por exemplo, os falares regionais e, particularmente, as pronúncias características de diferentes recortes geográficos. É em função da existência dessa norma linguística regional que depreendemos algumas marcas na voz que não são nem inteiramente individuais nem completamente nacionais, mas locais. Ao ouvirmos suas vozes, sabemos que se trata de uma mulher idosa nordestina e de um homem adulto do Sudeste. Além disso, alguns fatores como a entonação e o ritmo da fala expressam, em consonância com os gêneros discursivos, um determinado investimento volitivo e um tipo de orientação argumentativa das formulações linguísticas. Assim, a entonação pausada e o tempo compassado da fala de dona Maria José sugerem, em harmonia com as formas linguísticas, antes um desejo do que uma asseveração. Por sua vez, o enunciado de Serra consiste em uma declaração peremptória, mediante sua entonação dinâmica e seu tempo cadenciado.

Além desses usos da voz no discurso político eleitoral brasileiro, nele ainda identificamos a produção de efeitos de franqueza do dito e autenticidade do dizer pelas modulações vocais dos candidatos que buscavam constantemente apagar quaisquer indícios da prévia formulação de seus pronunciamentos (Piovezani, 2009, p. 325-332).

Assim procedendo, cremos ser possível conceber os elementos da voz como indícios que caracterizam física, individual, social, geográfica e volitivamente seus produtores. Pela voz, sabemos ou intuimos a idade, o sexo, o estrato social, a pertença regional, o investimento volitivo, a caracterização do enunciador e certa orientação argumentativa em seu enunciado. Ora a ordem do discurso, que controla o dito e as formas do dizer, certamente há de controlar as modulações vocais mediante as quais esse dito/dizer ganha corpo e faz sentido.

Nostalgias da voz

Com vistas a finalizar nossa reflexão, lançaremos alguns comentários que se inscrevem nessa tradição discursiva, para a qual a dimensão antropológica e a natureza histórica das manifestações simbólicas são indissociáveis e incontornáveis. Começamos pela relação entre a voz, o corpo e a sedução, para que, em seguida, encerremos com a apresentação de uma hipótese, à qual denominamos “saudades da viva voz”.

Aprendemos com o livro do *Genesis* que só há voz, onde há corpo, escuta e sedução do homem. Se, antes da queda, nos seis primeiros dias, Deus diz, faz e legifera, seus atos parecem dispensar a voz, visto que não há carne, nem escuta e nem resposta. É somente depois da tentação de Eva e da perdição do homem que surge a materialidade da voz divina e do corpo humano, da escuta tímida e da resposta envergonhada (cf. Parret, 2002):

E ouviram a voz do Senhor Deus [...] e escondeu-se Adão e sua mulher da presença do Senhor Deus, entre as árvores do jardim.

E chamou, o Senhor Deus, a Adão, e disse-lhe: Onde estás?

E ele disse: Ouvi a tua voz soar no jardim, e temi, porque estava nu, e escondi-me.

(*Genesis*, III, 8-10)

Depois disso, Deus ainda fala à mulher e à serpente, antes de dirigir-se novamente a Adão:

“E a Adão disse: Porquanto deste ouvidos à voz de tua mulher [...]”

(*Genesis*, III, 17)

Eis aqui a escuta de uma voz sedutora, que é princípio de Eros e de Tânetos: o prazer da conjunção da carne encontra a dor do parto (*com dor terás filhos*), do trabalho (*No suor do teu rosto comerás o teu pão*) e da morte (*porquanto és pó, e em pó te tornarás*). À tragédia judaica do homem que cede à sedução feminina opõe-se a epopéia da razão ocidental que assegura o esclarecimento viril (cf. (Adorno; Horkheimer, [1944] 1985, p.44-45). Ante a tentação das sereias

Vem para perto, famoso Odisseu, dos Aquivos orgulho, traz para cá teu navio, que possas o canto escutar-nos. Em nenhum tempo ninguém por aqui navegou em nau negra, sem nossa voz infável ouvir, qual dos lábios nos soa. Bem mais instruído prossegue, depois de se haver deleitado. Todas as coisas sabemos, que em Tróia de vastas campinas, pela vontade dos deuses, Troianos e Argivos sofreram, como, também, quanto passa no dorso da terra fecunda.

(*Odisséia*, XII, 184-191)

Ulisses não resiste à beleza de suas vozes nem à promessa de seu conhecimento:

Dessa maneira cantavam, belíssima. Mui desejoso de as escutar, fiz sinal com os olhos aos sócios que as cordas me relaxassem [...]

(*Odisséia*, XII, 192-194)

Porém, a sagacidade e a astúcia que lhe tornaram célebre haviam de uma vez mais se manifestar, fazendo de Ulisses homem previdente que, seguindo os conselhos de Circe (XII, 37-52), já tomara os cuidados devidos para encantar-se com a beleza da voz das sereias, sem o ônus da perdição:

[...] mas eles remaram bem mais ardorosos.
Alçam-se, então, Perimedes e Eurícolo e
deitam-me logo novos calabres, e os laços e
as voltas mais firmes apertam.

(*Odisséia*, XII, 194-196)

Diferentemente da enunciação divina ou angélica a fala humana é essencialmente vocal... Pela voz, nos sabemos homens, pois a onisciência de Deus, bem como a transparência dos anjos, dispensa a opacidade material da linguagem. Mas se não somos deuses ou anjos tampouco somos meros animais. Sabemos desde Aristóteles que os homens exercem sua condição de animal político por meio da voz articulada (*phoné + logos*), com a qual constituem sons, sentidos e sociedades (cf. *Política*, I, 2). Desde sua origem, a voz humana é posta a serviço da interlocução e ela só existe onde há escuta, que ora instaura o consenso ora estabelece o conflito em nossos corações e mentes.

No *Genesis*, a sedução da voz sobrepe-se à razão; na *Odisséia*, o entendimento sobrepuja a tentação melódica; e na *Política*, a voz é veículo do juízo racional. Assim, a voz congrega para o homem duas facetas que sintetizam sua humanidade: a beleza que seduz e a razão que esclarece. Diante da falta da voz, parece que somos frequentados pela ameaça de ausência do *pathos*, do *ethos* e do *logos*, que, por seu turno, se confunde com a própria presença do ser.

Eis aqui a hipótese que gostaríamos de aventar e com a qual encerramos nossa intervenção: parece-nos que, em determinados contextos da cultura ocidental, a cada vez que a voz falta ou ameaça faltar, surge entre nós uma manifestação em benefício da presença vocal. Sentimos saudades da viva voz, projetamos uma nostalgia da voz ao vivo, a cada vez que uma tecnologia de linguagem parece poder prescindir da dimensão vocal da linguagem humana:

- da invenção da escrita, surgiu a posição platônica em defesa da oralidade:

A escrita apresenta, meu caro Fedro, um grave inconveniente, que observamos também na pintura. Com efeito, os seres criados por esta última aparentam ter vida, mas, se lhes lançamos uma questão, eles permanecerão dignamente em silêncio. A mesma coisa ocorre com os discursos escritos: poderíamos crer que eles falam como seres racionais; mas se os interrogamos com a intenção de compreender o que eles dizem, eles

se limitam a significar sempre uma única e mesma coisa. Uma vez escrito, cada discurso vai correr para todos os lados, e será dirigido indiferentemente àqueles que o conhecem e àqueles que não lhe dizem respeito; ele ignora a quem ele deve ou não se dirigir. Se vozes discordantes se fazem ouvir a seu respeito, se ele é injustamente injuriado, ele necessita sempre da ajuda de seu pai. Sozinho, com efeito, ele é incapaz de refutar um ataque e de se defender por si mesmo. (Platão [370 a.C.] 2002, 275)

- da invenção da prensa e dos tipos móveis, emergiu *le culte de la voix à l'âge de l'imprimé*, no século XVII (SALAZAR, 1999), e se estendeu no século seguinte na postura de Rousseau em prol da fala contra a escrita:

Ao escrever, somos obrigados a tomar todas as palavras na acepção comum, porém aquele que fala varia as acepções através dos tons, determina-os como deseja; menos obrigado a ser claro, confere maior importância à força e não é possível que uma língua que se escreve conserve por muito tempo a vivacidade daquela que é somente falada.” ([1756] 2008: 116);

- da invenção das várias tecnologias de linguagem, a partir do último quarto do século XIX (telégrafo, microfone, telefone, rádio e talvez sobretudo o cinema mudo), surgiram a posição Jean Cocteau ([1930] 2002):

Antes, a gente se via. A gente podia perder a cabeça, esquecer as promessas, arriscar o impossível, convencer quem a gente ama, se abraçando, se agarrando. Um olhar podia mudar tudo. Mas, com este aparelho, o que acabou, acabou...

a de Manoel de Barros (1996): “Prefiro as máquinas que servem para não funcionar: Não pode haver ausência de boca nas palavras: nenhuma fique desamparada do ser que a revelou”; e recentemente a de João Marcello Bôscoli (2010), que, ao condenar o uso irrestrito do autotuning (segundo o autor: “o photoshop da voz”), afirma: “é comum notarmos a decepção da plateia quando ouve ao vivo um cantor que gravou digitalmente dopado, com a voz corrigida pelo computador”. Bôscoli finaliza seu texto, que sintomaticamente intitula-se “A morte da voz humana”, nos seguintes termos: “Este texto é, antes de tudo, uma defesa do ser humano, parte fundamental e determinante da natureza. Com méritos, liberdade e sem retoques”.

Referências

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

- BARROS, Manoel de. *Livro sobre o nada*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- BÔSCOLI, João Marcello. A morte da voz humana. *O Estado de São Paulo*. Sessão Cultura, 29 de maio de 2010.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. Prosódia: algumas funções dos suprasegmentos. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 23, p. 137-151, 1992.
- COCTEAU, Jean. *La voix humaine*. Paris, Stock, 2002.
- HOMERO. *Odisséia*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Melhoramentos, 1962.
- MARTINS, Nilce. Sant'Anna. *Introdução à Estilística*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- MOREL, Mary.-Annick. Intonation, regard et genres dans le dialogue à batons rompus. In: *Langages*, Paris: Larousse, n. 53, p. 15-27, 2004.
- PARRET, Herman. *La voix et son temps*. Bruxelas: De Boeck Université, 2002.
- PIOVEZANI, Carlos. *Verbo, corpo e voz: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- PLATÃO. *Phèdre*. Paris, Belles Lettres, 2002.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Ensaio sobre a origem das línguas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- SALAZAR, Philippe-Joseph. La voix au XVIIIè siècle. In: FUMAROLI, M. (Org.) *Histoire de la rhétorique dans l'Europe: 1450-1950*. Paris: PUF, 1999. p. 787-821.

Recebido: 08 de julho de 2010
Aprovado: 25 de janeiro de 2011
Contato: cpiovezani@uol.com.br